

Coleção Clássicos da Comunicação Social
Coordenador: Prof.-Dr. Antonio Hohlfeldt

– *Opinião pública*
Walter Lippmann



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lippmann, Walter, 1889-1974.

Opinião pública / Walter Lippmann ; tradução
e prefácio de Jacques A. Wainberg. – Petrópolis,
RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

Título original: Public opinion.

ISBN 978-85-326-3748-2

1. Estados Unidos – Política e governo
2. Opinião pública 3. Opinião pública – Estados
Unidos 4. Psicologia social 5. Psicologia
social – Estados Unidos I. Wainberg, Jacques A.
II. Título. III. Série.

08-08401

CDD-303.38

Índices para catálogo sistemático:

1. Opinião pública : Controle social 303.38

Walter Lippmann

OPINIÃO PÚBLICA

Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

1

Há uma ilha no oceano onde em 1914 alguns ingleses, franceses e alemães viveram. Nenhum cabo telegráfico alcança a ilha, e o barco a vapor inglês dos correios vem somente uma vez a cada sessenta dias. Em setembro ele ainda não havia chegado, e os habitantes da ilha ainda estavam falando sobre o último jornal, que noticiava sobre o iminente julgamento de Madame Caillaux por seus disparos contra Gaston Calmette. Foi, portanto, com ansiedade maior do que a usual que a colônia inteira se reuniu na doca em um dia, em meados de setembro, para ouvir do capitão o resultado do veredicto. Eles souberam que há mais de seis semanas aqueles que dentre eles eram ingleses e os que eram franceses estiveram lutando em defesa da santidade dos tratados contra aqueles que dentre eles eram alemães. Por seis estranhas semanas eles haviam agido como amigos, quando de fato eram inimigos.

Mas tal condição não era tão diferente da condição da maioria da população da Europa. Eles estiveram errados por seis semanas, no contínuo o intervalo pode ter sido somente de seis dias ou seis horas. Houve um intervalo. Houve um momento quando a imagem da Europa, que as pessoas consideravam para conduzir normalmente seus negócios, não correspondia em nada à Europa que estava prestes a tornar suas vidas uma confusão. Houve um tempo no qual um indivíduo ainda estava ajustado a um ambiente que não mais existia. Até 25 de julho, ao redor do mundo, pessoas estavam produzindo bens que não poderiam ser entregues, adquirindo bens que não poderiam importar, carreiras estavam sendo planejadas, negócios sendo idealizados, desejos e expectativas aca-

lentados, tudo na crença de que o mundo como conheciam era o mundo que de fato existia. Pessoas estavam escrevendo livros descrevendo aquele mundo. Elas acreditavam na imagem em suas cabeças. Então, mais de quatro anos depois, na manhã de uma quinta-feira, chegou a notícia de um armistício, e as pessoas deram vazão ao seu indizível alívio pelo fim da manança. Nos cinco dias anteriores ao armistício real, no entanto, embora o fim da guerra tenha sido celebrado, vários milhares de homens morreram nos campos de batalha.

Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente. Esta lição sobre as crenças resulta mais difícil recordar quando se trata daquelas nas quais baseamos nosso comportamento atual, quando se trata das pertencentes a outras pessoas ou épocas. Nós insistimos, devido a nossa percepção tardia, que o mundo que estas pessoas deveriam ter conhecido, e o mundo que elas de fato conheceram, eram muitas vezes duas coisas bastante contraditórias. Podemos também perceber que, enquanto elas governavam e lutavam, negociavam e reformavam o mundo como imaginavam devesse ser, elas produziam resultados, ou falhavam em produzi-los, no mundo como de fato o era. Elas foram à busca da Índia e encontraram a América. Elas diagnosticavam o mal e enforcavam mulheres idosas. Elas pensavam poder enriquecer somente vendendo e nunca comprando. Um califa, obedecendo ao que acreditava ser a vontade de Alá, queimou a biblioteca em Alexandria.

Ao escrever sobre o ano 389, Santo Ambrósio referiu o caso do prisioneiro na Caverna de Platão, que resolutamente nega-se a virar sua cabeça. “Discutir a natureza e a posição da terra não nos ajuda em nossa esperança da vida vindoura. É suficiente saber o que a Escritura afirma. ‘Ele [...] e suspende a Terra sobre o nada’ (Jó 26,7). Por que então discutir sobre se ele a levantou no ar ou sobre a água, e levantar a controvérsia sobre como pôde o fino ar sustentar a terra; ou por que, se por sobre as águas, a terra não cai até ao fundo?... Não por estar a terra no meio, como se suspensa num equilíbrio balanceado, mas sim porque a majes-

tade de Deus a restringe pela lei de sua vontade, que ela permaneça estável por sobre o instável e o vazio”¹.

Isso não nos ajuda em nossa fé da vida vindoura. É suficiente saber o que as Escrituras afirmam. Por que então discutir? Mas um século e meio depois de Santo Ambrósio, a opinião ainda era polêmica, desta vez devido ao problema dos antípodas. Um monge chamado Cosmas, famoso por seus feitos científicos, foi apontado para escrever uma “Topografia cristã”, ou “Uma opinião cristã a respeito do mundo”². É claro que ele sabia exatamente o que era esperado dele, pois baseou todas as suas conclusões nas Escrituras assim como ele as leu. Concluiu, então, que o mundo é um paralelogramo plano, duas vezes mais amplo de leste a oeste do que o comprimento de norte a sul. No centro está a terra cercada de oceano, que por sua vez é cercado por outra terra, onde os homens viviam antes do dilúvio. Esta outra terra era o porto de embarque de Noé. No norte há uma grande montanha cônica ao redor da qual revolvem o sol e a lua. Quando o sol está atrás da montanha é noite. O céu está colado aos limites da terra exterior. Ele consiste de quatro paredes altas que se encontram em um teto côncavo, de modo que a terra é o piso do universo. Há um oceano do outro lado do céu, constituindo as “águas que estão sobre o firmamento”. O espaço entre o oceano celestial e o teto derradeiro do universo pertence ao abençoado. O espaço entre a terra e o céu é habitado por anjos. Finalmente, desde que São Paulo afirmou que os homens são criados para viverem na “superfície da terra”, como poderiam eles viver no verso onde os antípodas deveriam estar? “Com tal passagem diante de seus olhos, um cristão, nos é narrado, não deveria nem mesmo mencionar os antípodas”³. Menos ainda deveria ele ir aos antípodas; e príncipe cristão algum deveria dar-lhe um navio para tentar; nem marinheiro crente algum deveria desejar tentar. Para Cosmas não havia nada minimamente absurdo em seu mapa. Somente ao lembrar de sua absoluta convicção de que este era o mapa do universo podemos começar a compreender como ele sentiria horror quanto a Magel-

1. HEXAEMERON, I, cap. 6. Apud TAYLOR, H.O. *The Mediæval Mind*. Vol. I, p. 73.

2. LECKY. *Rationalism in Europe*. Vol. I, p. 276-278.

3. *Ibid.*

lan ou Peary ou ao aviador que arriscava uma colisão com os anjos e a cúpula celestial por voar a sete milhas de altura. Da mesma forma podemos entender melhor as fúrias da guerra e da política ao lembrar que quase todos os integrantes de um grupo acreditam absolutamente em sua imagem da oposição, considerando-a como um fato, e não o que é, mas o que supõem ser o fato. E que, portanto, como Hamlet, esfaquearão Polonius escondidos atrás de uma cortina mofada, pensando ser ele o rei, e talvez como Hamlet acrescentar:

E tu, miserável, intrometido, louco; adeus.
Te confundi com outra pessoa
mais considerada; aceita teu destino.

2

Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia. Eis a parcela de verdade no velho ditado de que nenhum homem é um herói para seu criado. Há nele somente uma parcela de verdade, posto que o criado, e o secretário particular, freqüentemente estão imersos na ficção. Personagens monárquicos são, evidentemente, personagens fabricados. Se eles acreditam em suas imagens públicas, ou se meramente permitem que o camareiro as gerenciem, há pelo menos dois seres distintos, o ser público e o régio, o privado e o humano. As biografias de grandes personalidades enquadram-se mais ou menos prontamente nas histórias destes dois seres. O biógrafo oficial reproduz a vida pública, e as memórias reveladoras o outro. O Charnwood Lincoln, por exemplo, é um nobre retrato, não de um ser humano de fato, mas de uma figura épica, repleta de significância, que opera no mesmo nível de realidade que Enéas ou São Jorge. O Oliver de Hamilton é uma abstração majestosa, a escultura de uma idéia, “um ensaio” como o Senhor Oliver a chama, “sobre a União americana”. É um monumento formal à criação estatal do federalismo, mas dificilmente pode ser considerada a biografia de uma pessoa. Às vezes as pessoas criam suas próprias fachadas quando pensam estar revelando a cena interior. Os diários de Repington e de Margot Asquith são uma espécie de auto-retrato no qual detalhes ínti-

mos são um indicador revelador de como os autores gostam de ver a si mesmos.

Mas o tipo de retrato mais interessante é aquele que surge espontaneamente na mente das pessoas. Quando Vitória assumiu o trono, diz o Senhor Strachey⁴:

No público lá fora havia uma grande onda de entusiasmo. Sentimentalismo e romance estavam na moda; e o espetáculo da pequena menina-rainha, inocente, modesta, de cabelos claros e bochechas rosadas, percorrendo sua capital, encheram os corações dos espectadores com arrebatamentos de lealdade afetuosa. O que, acima de tudo, comoveu a todos extraordinariamente foi o contraste entre a Rainha Vitória e seus tios. Os homens asquerosos, pervertidos e egoístas, cabeçudos e ridículos, com o perpétuo peso das dívidas, confusões e má reputação – eles desapareceram como as neves do inverno e por fim, coroada e radiante, chegou a primavera.

M. Jean de Pierrefeu⁵ viu o culto a heróis em primeira mão, já que fora oficial sob o comando de Joffre no momento de maior fama daquele soldado:

Por dois anos, o mundo inteiro rendeu homenagens quase divinas ao vencedor do Maine. O encarregado de suas bagagens literalmente dobrou-se ante o peso das caixas, dos pacotes e cartas que pessoas desconhecidas lhe mandaram como um frenético testemunho de sua admiração. Penso que excetuando o General Joffre, nenhum outro comandante na guerra foi capaz de ter uma idéia comparável do que é a glória. Eles lhe mandaram caixas de doces dos grandes confeitores do mundo, caixas de champanhe, finos vinhos de diversas vindimas, frutas, jogos, ornamentos e utensílios, roupas, materiais de fumo, tinteiros, pesa-papéis. Cada território enviou sua especialidade. O pintor mandou seu retrato, o escultor sua estatueta, a doce senhora um acolchoado ou meias, o pastor em sua tenda esculpiu um cachimbo para seu usufruto. Todos os fabricantes do mundo que eram hostis à Alemanha enviaram seus produtos, Havana seus

4. STRACHEY, L. *Queen Victoria*, p. 72.

5. PIERREFEU, J. G.O.G.: *trois ans au Grand Quartier General*, p. 94-95.

charutos, Portugal seu vinho do Porto. Sei de um cabeleireiro que não tinha nada melhor para fazer do que um retrato do general feito com o cabelo pertencente a pessoas que lhe eram queridas; um fabricante de canetas teve a mesma idéia, mas os detalhes eram milhares de pequenas frases em minúsculos caracteres que homenageavam o general. Quanto às cartas, ele as tinha em todos os alfabetos, de todos os países, escritas em todos os dialetos, cartas afetuosas, cheias de gratidão, amor e de adoração. Elas o chamavam de Salvador do Mundo, Pai deste País, Agente de Deus, Benfeitor da Humanidade, etc., etc. E não somente franceses, mas também americanos, argentinos, australianos, etc., etc. Milhares de criancinhas, sem o conhecimento de seus pais, pegaram o lápis e escreveram para contar sobre o seu amor por ele: a maioria delas o chamavam de Nosso Pai. E havia comoção em suas manifestações efusivas e sua adoração nestes sinais de alívio que escaparam de milhares de corações no momento da derrota do barbarismo. Para todas estas almas ingênuas, Joffre era como São Jorge derrotando o dragão. Certamente ele encarnou para a consciência da humanidade a vitória do bem sobre o mal, da luz sobre a escuridão.

Lunáticos, simplórios, os meio-loucos e os loucos completos dirigiram seus cérebros escurecidos para ele como se fosse para a própria razão. Li a carta de uma pessoa em Sydney, que implorou ao general para que o salvasse de seus inimigos; em outra, um neozelandês pede-lhe que envie alguns soldados à casa de um senhor que lhe devia dez libras e não o pagava.

Finalmente, algumas centenas de jovens meninas, superando a timidez de seu sexo, propunham envolvimento, e que suas famílias nada soubessem a respeito disto; enquanto outras somente queriam lhe servir.

Este Joffre surgiu da vitória obtida por ele, seus soldados e suas tropas, o desespero da guerra, das lástimas pessoais e da esperança quanto à vitória vindoura. Mas além do culto ao herói há o exorcismo de demônios. Através do mesmo mecanismo pelo qual heróis são encarnados, demônios são criados. Se tudo de bom emanava de Joffre, Foch, Wilson ou Roosevelt, todo o mal emanava do Kaiser Wilhelm, Lenin e Trotsky. Eles eram tão onipotentes para o mal quanto os heróis eram onipotentes para o bem. Para muitas mentes simples e assustadas não havia reverso

político, nenhum ataque, nenhuma obstrução, nenhuma morte misteriosa ou conflagração misteriosa em algum lugar do mundo cujas causas não fossem decorrência destas fontes pessoais da maldade.

3

Concentração mundial deste tipo em torno a uma personalidade simbólica é rara o suficiente para ser claramente notável, e todo autor tem uma fraqueza pelo exemplo impactante e irrefutável. A vivisseccção da guerra revela tais exemplos, mas não os cria a partir do nada. Em uma vida pública mais normal, imagens simbólicas não governam menos os comportamentos, mas cada símbolo é muito menos inclusivo porque há muitos deles competindo. Não somente cada símbolo é carregado de menos sentimento, porque na melhor das hipóteses representa tão-somente parte de uma população, mas mesmo nesta parte há infinitamente menos supressão das diferenças pessoais. Os símbolos da opinião pública, em tempos de razoável segurança, estão sujeitos à crítica, comparação e debate. Eles vêm e vão, coalescem e são esquecidos, nunca organizando perfeitamente a emoção do grupo todo. Há, portanto, somente uma atividade humana em que populações inteiras efetivam a sagrada união. Ela se dá nas fases intermediárias de uma guerra quando o medo, o espírito de luta e o ódio garantiram completo domínio do espírito, tanto para derrotar qualquer outro instinto ou para alistá-lo, e antes que o cansaço seja sentido.

Em quase todos os outros momentos, e mesmo na guerra em seus momentos de impasse, uma gama suficientemente maior de sentimentos surge para estabelecer o conflito, escolha, hesitação e compromisso. O simbolismo da opinião pública geralmente implica, como veremos⁶, neste equilíbrio de interesses. Pense, por exemplo, no quão rapidamente, após o armistício, o precário e o bem-sucedido símbolo da União Aliada desapareceu, e em como ele foi seguido quase instantaneamente pela quebra da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: a Grã-Bretanha, defensora da lei pública; a França, guardando a "Fronteira da

6. Parte 5.

Liberdade”; a América, o “Cruzado”. E pense então sobre como em cada nação a imagem simbólica de si mesma esmaeceu, enquanto conflitos partidários e de classe, assim como ambições pessoais, começaram trazer à tona questões postergadas. E assim que as imagens simbólicas dos líderes saíam de foco, um por um, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, cesaram de ser a encarnação da esperança humana, e tornaram-se somente os negociadores e administradores para um mundo desiludido.

Sé lamentarmos isto como um dos suaves malefícios da paz ou aplaudirmos como um retorno à sanidade, obviamente isso está fora de questão aqui. Nossa primeira preocupação com ficções e símbolos consiste em esquecer seu valor para a ordem social existente, e pensar neles simplesmente como uma parte importante do maquinário da comunicação humana. Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo o que se passa, idéias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance. A Senhora Sherwin de Gopher Prairie⁷ é ciente de que uma guerra está ocorrendo na França e tenta concebê-la. Ela nunca esteve na França, e certamente nunca esteve onde agora é o *front*. Imagens de soldados franceses e alemães ela havia visto, mas lhe é impossível imaginar três milhões de homens. Ninguém, de fato, pode imaginá-los, e os profissionais nem mesmo tentam. Eles pensam neles como, digamos, duzentas divisões. Mas a Senhora Sherwin não tem acesso aos mapas de batalha, de modo que se ela se puser a pensar sobre a guerra, se fixará em Joffre e no Kaiser como se estivessem envolvidos em um duelo pessoal. Talvez, se você pudesse ver o que ela percebe mentalmente, a imagem provavelmente seria similar à de uma gravura do século XVIII de um grande soldado. Ele está lá corajosamente calmo e num tamanho sobre-humano, com um exército sombrio de pequenas figuras passando pelo terreno ao fundo. Aparentemente, tais expectativas não esquecem nem mesmo os grandes homens. M. de Pierrefeu conta de uma visita de um fotógrafo a Joffre. O general estava em seu “escritório classe média, atrás de uma mesa de trabalho sem papéis, onde ele sentava para escre-

ver sua assinatura. Subitamente percebeu-se que não havia mapas nas paredes. Mas como de acordo com o imaginário popular não era possível conceber um general sem mapas, alguns foram colocados em posição para a foto e logo depois removidos”⁸.

O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento. É por isto que, até sabermos o que os outros pensam que sabem, não poderemos verdadeiramente entender seus atos. Vi uma jovem menina, criada em uma cidade mineradora da Pensilvânia, mergulhar subitamente da mais completa alegria em um paroxismo de luto quando uma rajada de vento quebrou a janela da cozinha. Por horas ela ficou inconsolável, e para mim isso era incompreensível. Mas quando foi capaz de falar, deixou transparecer que se uma janela se quebrava significava que um parente próximo havia morrido. Ela estava, portanto, em luto por seu pai, que a havia assustado fazendo-a fugir de casa. O pai estava, é óbvio, bastante vivo, como um telegrama rapidamente comprovou. Mas, até a chegada do telegrama, o vidro estilhaçado era uma autêntica mensagem para aquela garota. O que havia de autêntico somente uma prolongada investigação efetuada por um psiquiatra capacitado poderia demonstrar. Mas mesmo o observador mais casual poderia ver que aquela garota, enormemente abalada por seus problemas familiares, havia alucinado uma completa ficção a partir de um fato exterior, uma superstição lembrada, e um turbilhão de remorso, de medo e de amor por seu pai.

Anormalidade nestas situações é somente uma questão de grau. Quando um procurador-geral, assustado devido a explosão de uma bomba a sua porta, se convence através da leitura da literatura revolucionária de que uma revolução ocorrerá em 1º de maio de 1920, nós reconhecemos que praticamente o mesmo mecanismo está ocorrendo. A guerra, evidentemente, proporcionou muitos exemplos deste padrão: o fato casual, a imaginação criativa, o desejo de crer, e a partir destes três elementos, uma falsificação da realidade para a qual havia uma resposta muito mais violentamente instintiva. É claro o suficiente que sob determinadas

7. Ver LEWIS, S. *Main Street*.

8. Op. cit., p. 99.

condições as pessoas respondem tão fortemente a ficções quanto a realidades, e que em muitos casos elas ajudam a criar as próprias ficções às quais elas respondem. Que atire a primeira pedra aquele que não acreditou no exército russo passando pela Inglaterra em agosto de 1914, não aceitou nenhuma estória de atrocidades sem evidência direta, e nunca viu um golpe, um traidor, ou um espião onde não havia nenhum. Que atire a primeira pedra quem nunca passou adiante como verdade aquilo que ouviu alguém dizer, sendo que quem o disse não sabia mais do que ele.

Em todas estas instâncias devemos observar particularmente um fator comum. É a inserção entre os seres humanos e seu ambiente de um pseudo-ambiente. A este pseudo-ambiente é que seu comportamento é uma resposta. Mas porque é um comportamento, as conseqüências, se eles são fatos, operam não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real onde as ações acontecem. Se o comportamento não é um ato prático, o que chamamos aproximadamente de pensamento e emoção pode demorar um longo tempo até que se observe uma quebra na textura do mundo da ficção. Mas quando o estímulo dos pseudofatos resulta em ações, em coisas ou em outras pessoas, as contradições logo se desenvolvem. Vem então a sensação de bater a cabeça de alguém contra um muro de pedra, de aprender pela experiência, e testemunhar a tragédia do assassinato, em *Uma bela teoria pela gangue dos fatos brutais* de Herbert Spencer, o desconforto de um desajuste. Pois certamente, no nível da vida social, o que é chamado de adaptação do ser humano ao seu ambiente se dá através do meio das ficções.

Por ficções não quero dizer mentiras. Quero dizer a representação do ambiente que em menor ou maior medida é feita pelo próprio ser humano. A variedade da ficção se estende desde a completa alucinação até o uso perfeitamente consciente do modelo esquemático de cientistas, ou sua decisão de que para seu problema particular a exatidão além de certo número de casas decimais não é importante. Um trabalho de ficção pode ter quase qualquer grau de fidelidade, e desde que o grau de fidelidade possa ser levado em conta, a ficção não é enganosa. De fato, a cultura humana é em grande medida a seleção, o rearranjo, o traçado de padrões, e a estilização daquilo que William James chamou de “as irradia-

ções ao acaso e o restabelecimento de nossas idéias”⁹. A alternativa ao uso de ficções é a exposição direta à ruína e ao fluxo da sensação. E isso não é uma alternativa real, muito embora seja refrescante enxergar de tempo em tempo com um olhar, perfeitamente inocente, (o fato de que) a inocência em si mesma não é sabedoria, mas a fonte e a correção da sabedoria. Pois o ambiente real é excessivamente grande, por demais complexo, e muito passageiro para se obter conhecimento direto. Não estamos equipados para tratar com tanta sutileza, tanta variedade, tantas modificações e combinações. E embora tenhamos que agir naquele ambiente, temos que reconstruí-lo num modelo mais simples antes de poder manejá-lo. Para atravessar o mundo as pessoas precisam ter mapas do mundo. Sua dificuldade persistente é apoderar-se de mapas nos quais suas próprias necessidades, ou a necessidade de outro, não tenham sido delineadas nas costas da Bohemia.

4

Então o analista da opinião pública precisa começar reconhecendo a relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação. É como uma peça teatral sugerida aos atores com base em suas próprias experiências, em que a trama é transacionada na vida real dos atores, e não meramente com base nas partes da cena. A cinematografia enfatiza com freqüência com grande habilidade este duplo drama do motivo interior e o comportamento exterior. Dois homens estão brigando ostensivamente sobre dinheiro, mas suas paixões são inexplicáveis. Então a cena desaparece e o que um ou outro dos dois homens percebe é reapresentado. Em torno da mesa estavam brigando por dinheiro. Na memória voltaram a suas juventudes, quando a moça tinha lhe “trocado” por outro homem. O drama exterior é explicado: o herói não é ganancioso, ele está enamorado.

Uma cena não muito diferente foi protagonizada no Senado dos Estados Unidos. No café da manhã de 29 de setembro de 1919 leram

9. JAMES. *Principles of Psychology*. Vol. II, p. 638.

um despacho noticioso do *Washington Post* sobre o desembarque de marines americanos na costa dálmata. O jornal afirmou:

Os fatos que já se sabe

Certamente, os seguintes e importantes fatos já são sabidos. As ordens ao Contra-almirante Andrews no comando das forças navais americanas no Adriático vieram do almirantado britânico via Conselho de Guerra e o Contra-almirante Knapps em Londres. Nem a aprovação nem a desaprovação do Departamento Naval Americano foram solicitadas.

Sem o conhecimento de Daniel

O Sr. Daniel foi admitidamente colocado numa peculiar posição quando telegramas nos chegaram afirmando que as forças sobre as quais presumivelmente deveria ter controle exclusivo estavam avançando, no que se tornou uma batalha naval sem seu conhecimento. Ficou claro que o almirantado britânico poderia desejar dar ordens ao Contra-almirante Andrews para agir em nome da Grã-Bretanha e seus aliados, já que a situação exigia sacrifícios de parte de alguma nação se se quisesse desafiar de alguma maneira os seguidores de D'Annunzio.

"Ficou a seguir claro que sob o plano da liga das nações os estrangeiros ficariam em posição de comandar as forças navais americanas em emergências com ou sem o consentimento do Departamento Naval Americano..." (marcações em itálico são minhas).

O primeiro senador a comentar é o Senhor Knox, da Pensilvânia. Com indignação ele exige investigação. Para o Senhor Brandegee, de Connecticut, que falou a seguir, a indignação já estimulou credulidade. Onde o Senhor Knox com indignação gostaria de saber se o relato é verdadeiro, o Senhor Brandegee, meio minuto mais tarde, gostaria de saber o que teria acontecido se marines tivessem sido mortos. O Senhor Knox, interessado na pergunta, esquece que tinha solicitado uma investigação, e responde: "Se marines americanos fossem mortos, haveria guerra". O humor do debate ainda é condicional. O debate continua. O Senhor

McComick, de Illinois, lembra ao Senado que a administração Wilson é propensa a aventurar-se em pequenas guerras não-autorizadas. Ele repete o gracejo de Theodore Roosevelt sobre "apostar na paz". Mais debate. O Senhor Brandegee observa que os marines atuaram "sob as ordens do Conselho Supremo instalado em algum lugar", mas ele não consegue lembrar quem representa os Estados Unidos naquele órgão. A Constituição dos Estados Unidos desconhece o Conselho Supremo. Portanto, o Senhor New, de Indiana, submete a resolução exigindo fatos.

Até o momento os senadores ainda reconhecem vagamente que estão discutindo um rumor. Sendo advogados ainda recordam algumas das formas de evidência. Mas sendo homens vigorosos já experimentaram toda a indignação que é apropriada ao fato de marines americanos terem sido ordenados à guerra por um governo estrangeiro e sem o consentimento do Congresso. Emocionalmente eles querem acreditar nisso, porque são republicanos lutando contra a Liga das Nações. O fato provoca o líder democrata, Senhor Hitchcock, de Nebraska. Ele defende o Conselho Supremo: estava agindo sob as diretivas dos poderes de guerra. A paz não foi ainda concluída porque os republicanos a estão postergando. Portanto, a ação foi necessária e legal. Ambos os lados consideram agora que o relatório é verdadeiro, e as conclusões que tiram são conclusões de suas militâncias partidárias. Esta extraordinária suposição é um debate sobre a resolução de investigar a verdade da suposição. Revela quão difícil é, mesmo para advogados experientes, suspender uma resposta até que as informações lhe cheguem. A resposta é instantânea. A ficção é tomada como verdadeira porque a ficção é um mal necessário.

Alguns dias depois um relatório oficial mostra que os marines não desembarcaram sob as ordens do governo britânico ou do Conselho Supremo. Eles não estavam combatendo os italianos. Eles desembarcaram a pedido do governo italiano para proteger os italianos, e o comandante americano foi oficialmente agradecido pelas autoridades italianas. Os marines não estavam em guerra com a Itália. Agiram de acordo com a prática internacional estabelecida que nada tinha a ver com a Liga das Nações.

A cena da ação era o Adriático. A imagem daquela cena na cabeça dos senadores em Washington foi fornecida, neste caso provavelmente com o

objetivo de enganar, por um homem que não se importava em nada com o Adriático, mas muito em derrotar a liga. A esta imagem o Senado respondeu com um fortalecimento das diferenças partidárias sobre a liga.

5

Se neste caso particular o Senado atuou melhor ou pior que o seu padrão habitual, não é necessário decidir. Nem se o Senado comparativamente é mais ou menos eficaz do que a Câmara, ou com outros parlamentos. Neste momento, gostaria somente de refletir sobre o espetáculo mundial de pessoas atuando em seus ambientes, movidos pelo estímulo de seus pseudo-ambientes. Pois quando se dá total aprovação a uma fraude deliberada, a ciência política ainda tem que se defrontar com tais fatos de como duas nações atacando uma à outra, cada uma delas convencida de que está atuando em autodefesa, ou duas classes sociais em guerra, cada uma delas certa de que fala pelo interesse comum. Eles vivem, gostamos de dizer, em mundos distintos. Mais precisamente, eles vivem no mesmo mundo, mas pensam e sentem-se em diferentes.

É a estes mundos especiais, é a estes indivíduos ou grupos, ou classes, ou províncias, ou ocupações, ou nações, ou artefatos sectários, que o ajustamento político da humanidade na "grande sociedade" ocorre. Sua variedade e complexidade são impossíveis de descrever. Mesmo assim as ficções determinam uma grande parte do comportamento político dos seres humanos. Precisamos pensar em talvez cinquenta parlamentos, soberanos consistindo de pelo menos uma centena de entidades legislativas. A elas pertencem pelo menos cinquenta hierarquias de assembleias provinciais ou municipais, com seus órgãos executivo, administrativo e legislativo, constituído de autoridade formal na terra. Mas isso não começa a revelar a complexidade da vida política. Pois em cada um destes inumeráveis centros de autoridade há partidos que por sua vez são eles próprios hierarquias com raízes em classes, seções, cliques e clãs; e dentro destes estão os políticos individuais, cada um como centro de uma rede de conexões e memória e medo e esperança.

Desta ou daquela forma, por razões freqüente e necessariamente obscuras, como resultado da dominação ou compromisso ou cambalacho,

emergem destes corpos políticos comandos, que põem exércitos em movimentos ou fazem a paz, demandam vida, impostos, exilam, aprisionam, protegem a propriedade ou a confiscam, encorajam um tipo de empreendimento e desencorajam outro, facilitam a imigração ou a obstruem, melhoram a comunicação ou a censuram, fundam escolas, constroem navios, anunciam "políticas" e "rumos", eliminam barreiras econômicas, criam propriedades ou delas se desfazem, tornam uma pessoa subjugada à outra, ou favorecem uma classe ao invés de outra. Para cada uma destas decisões certa visão dos fatos é concebida como conclusiva, certa visão das circunstâncias é aceita como base para inferência e como estímulo de sentimento. Qual é a visão dos fatos, e por que precisamente este?

E ainda isso mesmo não começa a exaurir a real complexidade. A estrutura política formal existe num ambiente social, onde há inumeráveis grandes e pequenas corporações e instituições, associações voluntárias e semivoluntárias, nacionais, provinciais, urbanas e agrupamentos de bairro, que freqüentemente tomam decisões que o órgão político registra. Em que decisões se baseiam?

"A sociedade moderna", diz o Senhor Chesterton, "é intrinsecamente insegura porque está baseada na noção de que todos os seres humanos farão a mesma coisa por razões distintas... E como na cabeça de um condenado pode existir o inferno de um crime solitário, uma filosofia distinta pode estar esquecida na casa ou sob o chapéu de um funcionário suburbano qualquer. O primeiro homem pode ser um completo materialista que sente seu próprio corpo como uma máquina horrível manufaturando sua própria mente. Ele pode ouvir seus pensamentos da mesma forma que ao enfadonho tilintar de um relógio. O vizinho próximo pode pertencer à cientologia e considera seu próprio corpo menos substancial do que sua sombra. Ele pode vir quase a considerar seus próprios braços e pernas como ilusões como se fossem as serpentes movediças no sonho de um *delirium tremens*. O terceiro homem na rua pode não ser um cientologista, mas, ao contrário, um cristão. Ele pode viver como num conto de fadas como diriam seus vizinhos; um sonho de fadas secreto, mas sólido, cheio de faces e presenças de amigos sobrenaturais. O quarto homem pode ser um teósofo, e provavelmente também um ve-

getariano; e não vejo por que não deveria me gratificar com a fantasia de que o quinto homem é crente do diabo... Se este tipo de variedade é ou não é valioso, este tipo de unidade é incerto. Esperar que todos os tipos de seres humanos pensem todo o tempo coisas distintas, e ainda assim fazendo as mesmas coisas, é especulação duvidosa. Não se funda a sociedade na comunhão, ou ainda na convenção, mas sim na coincidência. Quatro homens encontram-se sob o mesmo poste de luz; um para pintá-lo de verde-ervilha como parte de uma grande reforma municipal; um para ler sob sua luz seu breviário; um para abraçá-lo com ardor acidental devido ao seu entusiasmo alcoólico; e o último porque o poste verde-ervilha é lugar de encontro respeitável com sua namorada...”¹⁰

Os quatro homens no poste luminoso representam os governos, os partidos, as corporações, as sociedades, os ambientes sociais, os comércios e as profissões, universidades, seitas e nacionalidades do mundo. Pense no legislador votando um estatuto que afetaria povos distantes, um estadista chegando a uma decisão. Pense na Conferência da Paz reconstituindo as fronteiras da Europa, num embaixador num país estrangeiro tentando discernir as intenções de seu próprio governo e do governo estrangeiro, num empreendedor tentando uma concessão num país atrasado, num editor exigindo a guerra, num clérigo chamando a polícia para regular a diversão pública, numa agremiação tomando a decisão sobre uma greve, num círculo de costura preparando a regulamentação das escolas, nove juízes decidindo se a legislatura de Oregon pode definir as horas de trabalho das mulheres, num encontro do gabinete para decidir sobre o reconhecimento de um governo, numa convenção partidária escolhendo um candidato e escrevendo uma plataforma, vinte e sete milhões de eleitores votando, num irlandês em Cork pensando num irlandês em Belfast, na Terceira Internacional planejando reconstruir a sociedade humana inteira, no conselho de diretores confrontando uma série de demanda dos empregados, num menino escolhendo uma carreira, num mercador estimando a demanda e a oferta da próxima estação, num especulador prevendo as tendências do mercado, num banqueiro decidindo se

10. CHESTERTON, G.K. *The Mad Hatter and the Sane Householder*. *Vanity Fair*, jan./1921, p. 54.

cabe investir num novo empreendimento, no publicitário, no leitor de anúncios... Pense nos diferentes tipos de americanos pensando sobre noções como “O Império Britânico” ou “França” ou “México”. Não é muito diferente dos quatro homens do Senhor Chesterton no poste verde-ervilha.

6

E antes que nos envolvamos na floresta das obscuridades sobre as diferenças inatas dos homens, seria adequado fixar nossa atenção nas diferenças extraordinárias do que as pessoas sabem do mundo¹¹. Não tenho dúvidas de que existem diferenças biológicas importantes. Uma vez que o homem é um animal, seria estranho que assim não fosse. Mas como seres racionais seria pior que frívolo generalizar sobre comportamento comparativo até que haja uma forma similar de medida entre os ambientes aos quais o comportamento é uma resposta.

O valor pragmático desta idéia é de que ela introduz um necessário refinamento na antiga controvérsia sobre natureza e culturalismo, qualidade inata e ambientalismo. O pseudo-ambiente é um composto híbrido de “natureza humana” e “condições”. Para mim isso mostra a futilidade de pontificar sobre o que o homem é e sempre será considerando o que observamos o homem fazendo, ou sobre quais são as condições necessárias da sociedade. Pois não sabemos como os homens se comportarão em resposta aos fatos da grande sociedade. Tudo o que realmente sabemos é como eles se comportam em resposta ao que pode ser adequadamente denominado como a mais inadequada imagem da grande sociedade. Nenhuma conclusão sobre o homem ou a grande sociedade pode honestamente ser tirada com base em evidências deste tipo.

Esta, portanto, será a pista de nossa investigação. Teremos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele. Se o seu atlas lhe diz que o mundo é plano ele não navegará próximo ao que imagina ser o limite de nosso planeta com medo de des-

11. Cf. WALLAS. *Our Social Heritage*, p. 77ss.

pensar. Se seu mapa inclui a fonte da eterna juventude, um Ponce de Leon irá buscá-la. Se alguém cavouca na poeira amarela que parece ouro, por um tempo agirá exatamente como se ouro tivesse encontrado. A forma como o mundo é imaginado determina num momento particular o que os homens farão. Não determinará o que alcançarão. Este fato determina seus esforços, seus sentimentos, suas esperanças, não suas realizações e resultados. Exatamente os homens que proclamam mais intensamente seu "materialismo" e seu desdém por "ideologias", os comunistas marxistas, colocam sua inteira esperança em quê? Na formação pela propaganda de uma consciência grupal de classe. Mas o que é a propaganda, senão o esforço de alterar a imagem à qual os homens respondem, substituindo um padrão social por outro? O que é a consciência de classe senão uma forma de percepção do mundo? Um outro jeito de consciência nacional? O tipo de consciência do Professor Giddings, ou um processo de crença que reconhecemos entre o sem número de nossas crenças?

Tente explicar a vida social como a busca do prazer evitando-se a dor. Você logo estará dizendo que o hedonista evoca a questão, e mesmo supondo que o homem persiga estes fins, o problema crucial de por que pensar de certa forma ao invés de outra é capaz de produzir prazer, é intocável. A orientação da consciência humana explica? Como então acontece de ele ter a consciência particular que tem? A teoria econômica do interesse próprio? Mas como os homens acabam concebendo seus interesses de um jeito ao invés de outro? O desejo por segurança, ou prestígio, ou dominação, ou o que é vagamente denominado auto-realização?

Como os homens concebem sua segurança, o que eles consideram prestígio, como eles concebem os meios de dominação, ou o que é a noção de ego que eles desejam realizar? Prazer, dor, consciência, aquisição, proteção, progresso, destreza, são indiscutivelmente nomes para alguma das formas através das quais as pessoas agem. Mas nem a declaração de finalidade, ou qualquer descrição de tendências a buscar, pode explicar o comportamento resultante. O fato de que os homens teorizam é prova de que seus pseudo-ambientes, suas representações interiores do mundo, são um elemento determinante do pensamento, sentimento e ação. E se a conexão entre a realidade e a resposta humana fosse direta e imedia-

ta, em vez de ser indireta e inferida, indecisão e falha seriam desconhecidas, e (se cada um de nós se sentisse confortável no mundo como a criança no útero) o Senhor Bernard Shaw não seria capaz de dizer que, exceto pelos primeiros nove meses de sua existência, nenhum ser humano administra seus assuntos tão bem como uma planta.

A principal dificuldade em adaptar o esquema psicanalítico ao pensamento político surge nesta conexão. Os freudianos estão preocupados com a inadaptação de indivíduos distintos a outros indivíduos e a circunstâncias concretas. Eles presumiram que os transtornos internos poderiam ser consertados, que haveria pouca ou nenhuma confusão sobre esta que é uma relação normal óbvia. Mas a opinião pública diz respeito a fatos indiretos, invisíveis e embaraçosos, e nada há de óbvio neles. As situações às quais a opinião pública se refere são conhecidas somente como opiniões. O psicanalista, por outro lado, quase sempre pressupõe que o ambiente é conhecível, e se não conhecível então pelo menos suportável, a qualquer inteligência desanuviada. Esta pressuposição é o problema da opinião pública. Ao invés de considerar como um fato dado um ambiente que é facilmente conhecido, o analista social está mais preocupado em estudar como o ambiente político mais amplo é concebido, e como ele pode ser concebido com mais sucesso. O psicanalista examina o desajuste a um X, chamado por ele de ambiente, o analista social examina o X, chamado por ele de pseudo-ambiente.

Ele está, evidente, permanente e constantemente em débito à nova psicologia, não só porque quando corretamente aplicado ajuda as pessoas a se erguerem em suas próprias pernas, mas também porque o estudo dos sonhos, fantasia e racionalização jogou luz em como o pseudo-ambiente é colocado junto. Mas ele não pode pressupor como seu critério o que é chamado uma "carreira biológica normal"¹² dentro da ordem social existente, ou uma carreira "livre da supressão religiosa e convenções dogmáticas" fora¹³. O que para um sociólogo é uma carreira social normal? Ou alguém livre das dissimulações e convenções? Críticos conser-

12. KEMPF, E.J. *Psychopathology*, p. 116.

13. *Ibid.*, p. 151.

vadores pressupõem, certamente, o primeiro, e os românticos o segundo. Mas ao pressuporem a ambos eles consideram todo o mundo como um dado certo de realidade. Estão dizendo que efetivamente ou a sociedade é um tipo de coisa que corresponde a sua idéia do que é normal, ou o tipo de coisa que corresponde a sua idéia do que é livre. Ambas as idéias são meramente opiniões públicas, e enquanto o psicanalista e o médico podem talvez pressupor a ambos, o sociólogo pode não considerar os produtos existentes da opinião pública como critério para estudá-la.

7

O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão. Tem que ser explorado, relatado e imaginado. O homem não é um Deus aristotélico contemplando a existência numa olhadela. É uma criatura da evolução que pode abarcar somente uma porção suficiente da realidade que administra para sua sobrevivência, e agarra o que na escala do tempo são alguns momentos de discernimento e felicidade. E ainda assim esta mesma criatura inventou formas de ver o que nenhum olho nu poderia ver, de ouvir o que ouvido algum poderia ouvir, de considerar massas imensas assim como infinitesimais, de contar e separar mais itens que ele pode individualmente recordar. Está apreendendo a ver com sua mente vastas porções do mundo que ele não podia nunca ver, tocar, cheirar, ouvir ou recordar. Gradualmente ele cria para si próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além de seu alcance.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas. E assim nos capítulos que seguem devemos inquirir sobre algumas das razões de por que as imagens internas tão freqüentemente enganam os ho-

mens em suas negociações com o mundo externo. Sob este título devemos considerar primeiro os principais fatores que limitam o acesso aos fatos. São eles as censuras artificiais, as limitações do contato social, a relativa falta de tempo disponível diariamente para prestar atenção nos assuntos públicos, a distorção emergente devido aos eventos que precisam ser comprimidos em mensagens muito breves, a dificuldade em fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado, e finalmente o temor de enfrentar aqueles fatos que parecem ameaçar a rotina estabelecida das vidas humanas.

A análise então parte destas limitações mais ou menos externas para a questão de como este "pinga-pinga" de mensagens do exterior é afetado pelas imagens arquivadas, os preconceitos e prejuízos que interpretam, preenchem e dirigem poderosamente o transcurso de nossa atenção e de nossa visão. Daí cabe seguir no exame de como nos indivíduos as limitadas mensagens do mundo exterior formam um padrão de estereótipos, são identificados com os interesses da pessoa à medida que ele as sente e as concebe. Nas seções que seguem se examina como as opiniões são cristalizadas no que é chamado de opinião pública, como a aspiração nacional, a mentalidade de grupo, o propósito social, ou como se quiser chamar isso, é constituído.

As primeiras cinco partes constituem a seção descritiva do livro. Segue uma análise da teoria democrática tradicional da opinião pública. A substância do argumento é que a democracia em sua forma original nunca enfrentou seriamente o problema que surge devido ao fato da imagem interna na cabeça das pessoas não corresponder automaticamente ao mundo exterior. E então, porque a teoria democrática está sendo criticada por pensadores sociais, segue um exame destas críticas mais avançadas e coerentes, como a realizada pela Associação dos Socialistas Ingleses. Meu propósito aqui é descobrir se estes pensadores reformistas levaram em consideração as principais dificuldades da opinião pública. Minha conclusão é de que eles ignoram as dificuldades, tão completamente como o fizeram os democratas originais, porque eles, também, supuseram, numa civilização muito mais complicada, que de alguma misteriosa maneira existe nos corações do homem um conhecimento do mundo que está fora de seu alcance.

Argumento que o governo representativo, seja no que é chamado usualmente política, ou na indústria, não pode funcionar adequadamente, seja qual for o processo de eleição, a menos que exista uma organização especializada independente que torne os fatos invisíveis inteligíveis àqueles que têm que tomar as decisões. Tento, portanto, argumentar que a séria aceitação do princípio da representação pessoal precisa ser suplementada pela representação dos fatos invisíveis, o que permitiria uma satisfatória descentralização, assim como escapar da ficção intolerável e inviável de que cada um de nós precisa adquirir uma opinião competente sobre assuntos públicos. Argumento que o problema da imprensa é confuso porque os críticos e os apologistas esperam que a imprensa realize esta ficção, que ela faça tudo aquilo que não está previsto na teoria democrática, e que os leitores esperam que este milagre seja realizado sem custo ou problema para eles. Os jornais são considerados pelos democratas uma panacéia para seus próprios defeitos, enquanto a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem, e, portanto, em grande ou menor medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública. Minha conclusão é que, para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso hoje. Esta organização eu concebo como sendo em primeira instância a função da ciência política que ganhou seu próprio lugar como formuladora, previamente à real decisão, em vez de ser apolo-gista, crítica, ou reportando após a decisão ter sido tomada. Tento indicar que as perplexidades do governo e da indústria estão conspirando para dar à ciência política esta enorme oportunidade para enriquecer-se e servir ao público. E, naturalmente, espero que estas páginas ajudem algumas pessoas a dar-se conta daquela oportunidade mais intensamente, e, portanto, persegui-la mais conscientemente.

“ Parte II Abordagens ao mundo exterior ”